

Rio inclui contas das estatais

por George Vidor
do Rio

O orçamento do Estado do Rio de Janeiro para 1986, encaminhado ontem pelo governador Leonel Brizola à Assembléia Legislativa, traz duas novidades em relação ao de 1985: a primeira é de que os gastos e as receitas da administração indireta (companhias estatais e fundações) foram incluídos; e a segunda é de que o total da arrecadação já prevê o recebimento de Cr\$ 2 trilhões em decorrência dos "royalties" do petróleo extraído em alto-mar na bacia de Campos.

As companhias estatais não precisam ter seus orçamentos submetidos ao Poder Legislativo, mas o governador quis desde agora tornar públicos esses números. Quanto aos "royalties", o governo estadual tem como certa a aprovação do projeto de lei pelo Congresso Nacional, e acredita também que o projeto será sancionado em seguida pelo presidente Sarney.

Pela proposta orçamentária enviada à Assembléia, receitas e despesas ficarão empatadas em Cr\$

53 trilhões (260% a mais do que o total a ser realizado neste ano). As despesas da administração direta chegarão a Cr\$ 40 trilhões e as das companhias estatais irão a Cr\$ 13 trilhões.

A educação continuará sendo a prioridade número um, recebendo Cr\$ 8,366 trilhões, ou seja, mais do que 20% dos gastos da administração direta. Este número representa, entretanto, cerca de 40% dos impostos líquidos do estado (receita tributária menos o que é transferido aos municípios e acrescido o que é recebido da União), índice bem maior do que os 25% determinados pela Lei Calmon. Neste ano, o estado deverá gastar com educação de 32 a 33% dos impostos líquidos.

Saúde e saneamento receberão quase o equivalente à educação (de Cr\$ 7 a 8 trilhões), mas nessas despesas estão incluídas as que serão feitas por órgãos da administração indireta — Cedae (água e esgotos) e Serla (lagos e rios).

As despesas com pessoal absorverão 40% da dotação da administração direta. Para o reajuste salarial do ano que vem, o estado tra-

balhou com duas hipóteses (uma, mais otimista, do ponto de vista dos servidores, e uma mais pessimista, que é quanto o governo espera pagar). A diferença destas duas corresponde a Cr\$ 1,4 trilhão, que o governo alocou como reserva de contingência. Se não for destinada a pagamento de pessoal, a reserva poderá ser usada em outras áreas de prioridades, especialmente educação.

Dos Cr\$ 53 trilhões de despesas, o estado estima a necessidade de cobertura de Cr\$ 13 trilhões através de operações de crédito. Mas o secretário de Fazenda, César Maia, explica que tal valor está superestimado. "Temos sempre de subestimar a receita tributária, porque é em cima dela que os municípios se programam. Então, as administrações municipais precisam desde já saber quanto vão poder realizar. Acredito, porém, que nossa re-

ceita tributária será maior, reduzindo em Cr\$ 2 trilhões a Cr\$ 3 trilhões as necessidades de operações de crédito, que englobam a rolagem da dívida em títulos públicos (mais de Cr\$ 2 trilhões), financiamento do BNH para o programa de saneamento da Baixada Fluminense, Jacarepaguá e Barra da Tijuca, e outros empréstimos internos e externos."

Para 1985, o secretário explicou que os gastos do estado chegarão a Cr\$ 11,5 trilhões, o que representa em valores constantes a mesma despesa de 1982, ano eleitoral. "Fizemos isto com menos da metade das operações de crédito que a administração anterior contratou." César Maia disse que o estado gastará neste ano 300% mais do que em 1984, quando houve uma enorme contenção de despesas para sanear as finanças do Rio de Janeiro.